## SUMÁRIO

Nota à 5ª edição ........................................................................................................ XIII
Introdução ................................................................................................................ XV

### PRIMEIRA PARTE
CRÍTICA JURÍDICA E SUA TRAJETÓRIA NO OCIDENTE

<table>
<thead>
<tr>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>NATUREZA E PROBLEMATIZAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>1.1</td>
<td>Crise de racionalidade e mudança de paradigma</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>1.2</td>
<td>Natureza e conceituação da “crítica”</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>1.3</td>
<td>Origens filosóficas da teoria crítica</td>
<td>5</td>
</tr>
<tr>
<td>1.4</td>
<td>Objetivos e significação da teoria crítica</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>1.5</td>
<td>Imprecisões e aporias da teoria crítica</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>TEORIA CRÍTICA NO DIREITO</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>2.1</td>
<td>Noções, conceito e objetivos</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>2.2</td>
<td>Possibilidades e limites de uma teoria jurídica crítica</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO OCIDENTE</td>
<td>34</td>
</tr>
<tr>
<td>3.1</td>
<td>Orientação crítica nos Estados Unidos</td>
<td>35</td>
</tr>
</tbody>
</table>

STJ00063901
3.2. Correntes críticas na Europa ............................................. 39
3.2.1. Associação crítica do Direito: França ................................. 39
3.2.2. Uso alternativo do Direito: Itália e Espanha ..................... 44
3.2.3. Pensamento jurídico crítico: Alemanha ............................ 48
3.2.4. Tendências antidogmáticas e pluralistas: Espanha ............... 51
3.2.5. Modelo da crítica interdisciplinar: Bélgica ....................... 58
3.2.6. Sociologia jurídica das emancipações: Portugal ................ 60
3.3. Correntes críticas do Direito na América Latina ................... 66
3.3.1. A crítica jurídica no México .......................................... 67
3.3.2. Aportes de crítica do Direito: Chile e Colômbia ............... 72
3.3.3. Movimento crítico na Argentina ..................................... 77

SEGUNDA PARTE

PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL

Capítulo 4 — TRAJETÓRIA CRÍTICA DO DIREITO BRASILEIRO .......................................................... 85
4.1. Questões epistemológicas .................................................. 85
4.2. Tendências da crítica jurídica: escolas e representantes ... 95
4.2.1. Crítica jurídica de perspectiva sistêmica ....................... 97
4.2.2. Crítica jurídica de perspectiva dialética ...................... 107
4.2.2.1. Crítica jurídica enquanto expressão do pluralismo e do humanismo dialético .............................. 108
4.2.2.2. Crítica jurídica enquanto instrumental político da transformação .............................................. 113
4.2.2.3. Crítica jurídica enquanto normativismo fenomenológico ......................................................... 119
4.2.3. Crítica jurídica de perspectiva semiológica .................... 123
4.2.4. Crítica jurídica de perspectiva psicanalítica ................... 130

4.3. Experiências institucionais ............................................. 147
4.3.1. Crítica jurídica ace ................................. 147
4.3.1.1. Direito Penal .................................. 147
4.3.1.2. Direito Civil .................................... 148
4.3.1.3. Direito do Trabalho ...................... 150
4.3.1.4. Direito Internacional Privado ................................ 151
4.3.1.5. Direito Público .................................. 152
4.3.1.6. Direito Processual .................................. 153
4.3.1.7. Sociologia jurídica .................................. 154
4.3.1.8. Direito Constitucional ...................... 155
4.3.1.9. História .......... 156
4.3.1.10. Direitos Humanos .................................. 157
4.3.2. Crítica jurídica p ................................. 158
4.3.2.1. Magistral .................................. 158
4.3.2.2. Advogado ............................................. 159
4.4. Crítica jurídica e Direito Kelsen .................................. 160

Capítulo 5 — O DIREITO KELSEN

5.1. Questões preliminares ............................................. 160
5.2. (In)existência de uma Teoria do Direito ...................... 161
5.3. Concepções marxistas ............................................. 162
5.3.1. Período clássico .................................... 162
5.3.2. Período do sobrevivente .................................. 163
5.4. O problema da ideologia ............................................. 164
5.5. Antinomias entre teoria do Direito ............................ 165
QUARTA PARTE
FILOSOFIA CRÍTICA, PLURALISMO JURÍDICO E AMÉRICA LATINA

Capítulo 6 — PLURALISMO JURÍDICO: NOVO MAR- CO EMANCIPATÓRIO NA HISTORICIDADE LATINO-AMERICANA 182
6.1. Introdução 182
6.2. Pluralismo jurídico: natureza e caracterização 184
6.3. Pluralismo jurídico como projeto conservador 190
6.4. Pluralismo jurídico como projeto emancipatório 192
6.5. Pluralismo jurídico e práticas sociais alternativas 196

Capítulo 7 — PLURALISMO E ALTERIDADE COMO ESTRATÉGIA CONTRA-HEGEMÔNICA NO REDIMENTAMENTO DA TEORIA JURÍDICA 199
7.1. Introdução 199
7.2. A produção de um saber crítico como estratégia contra-hegemônica para uma prática social emancipatória 201
7.3. Pressupostos para se pensar uma filosofia crítica na política e no direito 204
7.4. Formas emergentes e plurais de emancipação na legitimação do direito 208

Conclusão 213
Bibliografia 219
Índice onomástico 253
Índice alfabético de assuntos 261

É com grande satisfacção e ampliada, de Intra, destinada à comunidade de País. Fica o nosso agradecimento pelas acolhidas, utilizadas para disciplina maior de seu êxito, excepcionais.
Foi mais que necessária, uma atualização pontual, polêmica e ao seu caráter e bibliográficas, com desconcentração num contínuo e progressivo. Em razão do progresso das formas, escolas acadêmicas e complementá-las perpétuos.
Além de manter-se, oba foi enriquecida com sua quarta parte. Essa ocupação, nos últimos anos, a ciência no âmbito do direito, epistemológicos, sem-técnica. Revelação paradigmática, duradoura, moderna de matriz, frente, ruptura e emancipação, ficos extraídos das ciências.